

- l) Companhia Energética de Brasília - CEB
 m) Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Distrito Federal - IBAMA/SUPES; e
 n) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.
 II - representantes dos usuários dos recursos hídricos:
 a) Sindicato Rural do Distrito Federal - SRDF
 b) Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA
 c) União dos Condomínios Horizontais e Associações de Moradores no Distrito Federal - UNICA/DF; e
 d) Federação do Comércio do Distrito Federal - FECOMÉRCIO.
 III - representantes das organizações civis relacionadas com preservação de recursos hídricos:
 a) Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão - CBH/MA
 b) Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto - CBH/Preto
 c) Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranoá - CBH/Paranoá
 d) Associação Brasileira de Recursos Hídricos - Seção Distrito Federal - ABRH/DF
 e) Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Distrito Federal - ABES/DF
 f) Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS
 g) Universidade de Brasília - UnB
 h) Universidade Católica de Brasília - UCB; e
 i) 2 representantes de entidades ambientalistas não governamentais, com sede e representação no Distrito Federal, devidamente registradas no órgão ambiental deste ente federativo."
 Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de janeiro de 2016.
 128º da República e 56º de Brasília.
 RODRIGO ROLLEMBERG

DECRETO Nº 37.091, DE 28 DE JANEIRO DE 2016

Altera o Decreto nº 33.515, de 31 de janeiro de 2012 e dá outras providências.
 O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:
 Art. 1º Os incisos I a III e o parágrafo único do artigo 2º, os artigos 3º e 4º do Decreto nº 33.515, de 31 de janeiro de 2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:
 "Art. 2º
 I - Subcontrolador de Controle Interno, da Controladoria-Geral do Distrito Federal, na qualidade de presidente;
 II - Coordenador de Auditoria de Contas do Governo da Subcontroladoria de Controle Interno, que será o relator dos processos;
 III - Diretor de Auditoria responsável pela supervisão do relatório de auditoria objeto da certificação.

Parágrafo único. Nos impedimentos legais, o Subcontrolador de Controle Interno, o Coordenador de Auditoria de Contas da Subcontroladoria de Controle Interno e o Diretor de Auditoria responsável pela supervisão do relatório de auditoria objeto da certificação serão representados por seus substitutos formalmente designados.

Art. 3º O Comitê de Certificação deve se reunir semanalmente para a realização da Certificação das Tomadas e Prestações de Contas Anuais dos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal que estiverem em pauta, mediante convocação pelo Subcontrolador de Controle Interno.

Parágrafo único. O Subcontrolador de Controle Interno, extraordinariamente, pode:

[...]
 Art. 4º Compete ao Comitê de Certificação analisar os Relatórios de Tomadas e Prestações de Contas Anuais produzidos pelas equipes de auditoria da Coordenação de Auditoria de Contas do Governo da Subcontroladoria de Controle Interno e emitir Certificado de Auditoria, após aprovação por maioria simples, sem prejuízo das competências e atribuições pertinentes aos auditores de controle interno, determinadas pela Lei nº 4.448, de 21 de dezembro de 2009."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os incisos IV a VII do art. 2º do Decreto nº 33.515, de 31 de janeiro de 2012 e as demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de janeiro de 2016.
 128º da República e 56º de Brasília
 RODRIGO ROLLEMBERG

DECRETO Nº 37.092, DE 28 DE JANEIRO DE 2016

Anula as designações constantes nas alíneas "a" e "b", do inciso I, e §1º, do artigo 1º, do Decreto nº 36.665, de 11 de agosto de 2015 e delega competência para convalidação ao Presidente do IPREV/DF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas as designações constantes nas alíneas "a" e "b", do inciso I, e §1º, do artigo 1º, do Decreto nº 36.665, de 11 de agosto de 2015.

Art. 2º Fica delegada ao Presidente do IPREV/DF a competência para analisar a possibilidade de convalidação dos atos praticados pelo Conselho Fiscal a contar de 12 de agosto de 2015, na forma do artigo 55, da Lei nº 9.784/99.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de janeiro de 2016.
 128º da República e 56º de Brasília
 RODRIGO ROLLEMBERG

DESPACHO DO GOVERNADOR

Em, 26 de janeiro de 2016.

Em atendimento aos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) publique-se o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2015 da Administração Direta, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas, na forma dos anexos I, II, III, IV, V e VI.

RODRIGO ROLLEMBERG



DISTRITO FEDERAL - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO DE 2015 - A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	LIQUIDADAS	Últimos 12 Meses	
		Inscritas em Restos a Pagar Não Processado	TOTAL
PODER EXECUTIVO			
(A) DESPESA BRUTA DE PESSOAL DO EXECUTIVO	25.577.130.103,62	45.748.037,54	25.622.878.141,16
Pessoal Ativo	14.546.042.724,75	42.191.581,29	14.588.234.306,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.717.467.623,74	35.623,74	5.717.503.247,48
Inativo	4.974.441.332,26	22.358,94	4.974.463.691,20
Pensionista	743.026.291,48	13.264,80	743.039.556,28
Outras Despesas de Pessoal Decor. de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	4.744.671,36	272.915,68	5.017.587,04
Despesas com Pessoal Custeadas por Recursos do Fundo Constitucional do DF (FCDF) no SIAFI	5.290.299.410,98	3.101.975,00	5.293.401.385,98
Jetons	5.314.370,96	118.501,97	5.432.872,93
Obrigações Patronais de Autônomos - Serviços de Terceiros de Pessoa Física	13.261.301,83	27.439,86	13.288.741,69
(B) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF)	16.951.966.635,69	35.075.695,62	16.987.042.331,31
Indenizações de PDV	37.721.812,36	-	37.721.812,36
Indenizações Por Exoneração e Demissão	58.913.572,61	22.525,72	58.936.098,33
Indenizações e Restituições Pessoais	4.085.030,59	3.050.867,99	7.135.898,58
Abono de Permanência	43.513.474,05	2,47	43.513.476,52
Abono Pecuniário de Férias	11.713.804,39	-	11.713.804,39
Licença Prêmio em Pecúnia	79.529.701,92	28.749.179,63	108.278.881,55
Despesas de Exercícios Anteriores	1.062.248.569,84	20.937,14	1.062.269.506,98
Sentenças Judiciais	357.513.817,78	94.583,93	357.608.401,71
Despesas com Pessoal Custeadas por Recursos do Fundo Constitucional do DF (FCDF) no SIAFI	5.290.299.410,98	3.101.975,00	5.293.401.385,98
Despesas com Pessoal Custeadas por Recursos do Fundo Constitucional do DF (FCDF) no SIGGO	4.930.001.885,22	-	4.930.001.885,22
Inativos e pensionistas custeadas com Recursos Vinculados = (X + Y)	3.849.512.518,29	35.623,74	3.849.548.142,03
(X) Inativos e Pensionistas Custeados com Recursos das Fontes X06, X54, X55, X66 e X67	3.668.699.948,37	35.623,74	3.668.735.572,11
(Y) Inativos e Pensionistas Custeados com Recursos das Fontes 233 e 433	180.812.569,92	-	180.812.569,92
Pensionistas custeados com recursos não vinculados (Decisão TCFDF nº 1.905/2013)	226.913.037,66	-	226.913.037,66
(I) DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL = (A - B)	8.625.163.467,93	10.672.341,92	8.635.835.809,85
(II) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)			18.461.481.002,45
% do Total da Despesa Com Pessoal Para Fins de Apuração do Limite - TDP Sobre a RCL = [(I/II)*100]			46,78
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) %			49,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) %			46,55

FONTE: Subsecretaria de Contabilidade/SEF; SIAC-SEF/DF e SIAFI-MF/UNIÃO

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

2015			2015		
2º Quadrimestre de 2015			3º Quadrimestre de 2015		
Limite Máximo	% DTP (Despesa Total Com Pessoal)	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP (Despesa Total Com Pessoal)
(a)	(b)	(c) = (b - a)	(d) = (1/3 * c)	(e) = (b - d)	(f)
49,00%	50,80%	1,80%	0,60%	50,20%	46,78%

Medidas Corretivas de acordo com o artigo 55, Inciso II, da LC 101/2000:

No âmbito da despesa com pessoal:

A - Com esteio no Decreto nº 36.757, de 16/09/2015, a diminuição de gastos está sendo levada a efeito por meio das seguintes providências:

A.1 - Alterações na estrutura do Executivo distrital, com redução de 24 (vinte e quatro) para 17 (dezessete) Pastas, que resultaram em cortes de cargos comissionados;

A.2 - Em face da Decisão nº 01, de 09/10/2015 (DODF nº 30, de 16/10/2015, página 15), o Comitê de Governança de Pessoal (CGP), no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 36.240, de 02/01/2015, com a redação dada pelo Decreto nº 36.635, de 29/07/2015, determinou que as empresas públicas dependentes instituíam programas de desligamento incentivado ou voluntária, os quais estão sendo estruturados pelas respectivas entidades.

No âmbito da receita tributária:

B - Publicação no DODF nº 196, de 09/10/2015 da Ordem de Serviço nº 62, de 07/10/2015, do Subsecretário da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda do DF, que institui Grupos de Trabalhos responsáveis pela gestão e execução dos seguintes projetos especiais que têm o objetivo de elevar a arrecadação tributária do Distrito Federal: Projeto ITCD sobre Doações Declaradas à Receita Federal do Brasil; Projeto Intensificação do Rito Especial; Projeto "Malha DF"; Projeto Ampliação do Regime de Substituição Tributária; Projeto Sistema Eletrônico de Mineração de Dados; Projeto Intensificação do Julgamento do Contencioso Administrativo; Projeto Cobrança Administrativa da Dívida Ativa; Projeto Recadastramento de Imóveis; Projeto REFIN-DF; Projeto Comércio Eletrônico e Projeto Acompanhamento Especial dos Grandes Contribuintes.

HELVIO FERREIRA
SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE
CRC-DF/6.659

PEDRO MENEQUETTI
SECRETÁRIO DE FAZENDA

HERINQUE MORAES ZILLER
CONTROLADOR GERAL

RODRIGO ROLLEMBERG
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	S A L D O			
	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE 2014	ATÉ O 1º QUADRIMESTRE 2015	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE 2015	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE 2015
DÍVIDA CONSOLIDADA-DC (I)	5.075.662.907,07	5.429.242.197,72	5.674.466.354,17	5.930.582.624,70
DÍVIDA MOBILIÁRIA	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL:	3.375.878.063,57	3.729.457.354,22	3.974.681.510,67	4.230.797.781,20
Interna	2.752.634.309,23	3.026.517.308,70	3.104.779.554,22	3.350.454.560,61
(-) Créditos a Receber Ref. a Cobertura FCVS/CEF	112.935.792,54	117.134.370,70	114.574.765,70	145.890.885,17
Externa	736.179.546,88	820.074.416,22	984.476.722,15	1.026.234.105,76
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05-05-2000 (inclusive) *	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50
OUTRAS DÍVIDAS:	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II):	1.456.738.870,35	2.357.106.270,58	2.127.106.346,92	1.272.632.678,14
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.028.601.692,33	1.824.944.925,10	1.534.227.513,86	1.919.671.239,40
Demais Haveres Financeiros	537.223.079,60	578.132.046,21	619.517.200,58	609.813.039,83
(-) Restos a Pagar Processados (saldo a pagar)	109.085.901,58	45.970.700,75	26.638.367,52	1.256.851.601,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA-DCL (III) = (I - II)	3.618.924.036,72	3.072.135.927,14	3.547.360.007,25	4.657.949.946,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	17.504.269.623,87	18.155.900.421,97	18.291.933.023,84	18.461.481.002,45
RELAÇÃO DC/RCL = (I / RCL)	29,00	29,90	31,02	32,12
RELAÇÃO DCL/RCL = (III / RCL)	20,67	16,92	19,39	25,23
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	200,00	200,00	200,00	200,00
DE FALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	3.375.878.063,57	3.729.457.354,22	3.974.681.510,67	4.230.797.781,20
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	47.299.965,47	43.524.994,67	33.507.760,07	26.782.658,09
De Tributos	-	-	-	1.052.818,14
De Contribuições Sociais Previdenciárias	47.299.965,47	43.524.994,67	33.507.760,07	25.729.839,95
Demais Contribuições Sociais	47.299.965,47	43.524.994,67	33.507.760,07	25.729.839,95
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	3.328.578.098,10	3.685.932.359,55	3.941.173.750,60	4.204.015.123,11
Interna	2.592.398.551,22	2.865.857.943,33	2.956.697.028,45	3.177.781.017,35
Externa	736.179.546,88	820.074.416,22	984.476.722,15	1.026.234.105,76
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 *	2.312.408.957,54	2.312.408.957,54	2.312.408.957,54	2.312.408.957,54

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil - Subsecretaria de Contabilidade / SEF

* Os dados dos Precatórios foram extraídos do Sistema de Representação e Consulta Jurídica em 15/03/2012.

Nota 1: O Sistema de Gestão de Precatórios encontra-se em atualização, sendo que na publicação do RGF do 1º Quadrimestre de 2016 os dados dos Precatórios estarão atualizados.

Nota 2: As Unidades Gestoras 320204 (IPREV - Fundo Capitalizado de Previdência do DF) e 110905 (Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas) não são integrantes deste demonstrativo.

Nota 3: Não constam da Dívida Contratual Interna R\$ 307.919.974,42 referentes à conta contábil 222111000 (Dívidas - Decreto nº 36.755/2015), conforme Decreto nº 37.068 de 20/01/2016.

HELVIO FERREIRA
SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE
CRC-DF/6.659

PEDRO MENEQUETTI
SECRETÁRIO DE FAZENDA

HERINQUE MORAES ZILLER
CONTROLADOR GERAL

RODRIGO ROLLEMBERG
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO			
	Até o 3º Quadrimestre 2014	Até o 1º Quadrimestre de 2015	Até o 2º Quadrimestre de 2015	Até o 3º Quadrimestre 2015
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	185.380.730,33	180.544.484,16	180.544.484,16	206.987.582,69
Aval ou fiança em operações de crédito	185.380.730,33	180.544.484,16	180.544.484,16	206.987.582,69
Outras garantias nos termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	185.380.730,33	180.544.484,16	180.544.484,16	206.987.582,69
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.504.269.623,87	18.155.900.421,97	18.291.933.023,84	18.461.481.002,45
% do TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL	1,06	0,99	0,99	1,12
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22% da RCL)	3.850.939.317,25	3.994.298.092,83	4.024.225.265,24	4.061.525.820,54

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO			
	Até o 3º Quadrimestre 2014	Até o 1º Quadrimestre de 2015	Até o 2º Quadrimestre de 2015	Até o 3º Quadrimestre 2015
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Subsecretaria de Contabilidade / SEF

HELVIO FERREIRA
SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE
CRC-DF/6.659

PEDRO MENEQUETTI
SECRETÁRIO DE FAZENDA

HENRIQUE MORAES ZILLER
CONTROLADOR GERAL

RODRIGO ROLLEMBERG
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
	No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre (A)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	222.374.533,15	580.745.228,44
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	222.374.533,15	580.745.228,44
Interna	209.861.016,39	557.977.311,68
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	12.513.516,76	22.767.916,76
Abertura de Crédito	12.513.516,76	22.767.916,76
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES :	VALOR	% Sobre a RCL
Receita Corrente Líquida - RCL (janeiro de 2015 a dezembro de 2015)	18.461.481.002,45	
Total das operações de crédito considerado para fins da apuração do cumprimento do limite = (A) = (I)	580.745.228,44	3,15%
Limite geral definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito internas e externas	2.953.836.960,39	16,00%
Limite de Alerta (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	2.658.453.264,35	14,40%
Operações de crédito por antecipação da receita orçamentária	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária	1.292.303.670,17	7%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = A + II	580.745.228,44	3,15%

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Subsecretaria de Contabilidade / SEF

HELVIO FERREIRA
SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE
CRC-DF/6.659

PEDRO MENEQUETTI
SECRETÁRIO DE FAZENDA

HENRIQUE MORAES ZILLER
CONTROLADOR GERAL

RODRIGO ROLLEMBERG
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

FUNTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA (ANTES DA INSCRIÇÃO DO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO DO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		Do Exercício Anterior	Do Exercício					
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A - (B+C+D+E))	(G)	(H) = F - G	
PODER EXECUTIVO								
RECURSOS VINCULADOS								
X03 cota-parte da contribuição do salário-educação	7.608.494,30	126.088,11	2.788.284,87	-	71.841,56	4.622.279,76	9.479.762,21	-4.857.482,45
X06 contrib. p/ o plano de seg. social do servidor	2.173.387,34	-	-	-	2.173.387,34	-	-	-
X08 compensação pela utilização de recursos hídricos	11.969,28	-	-	-	-	11.969,28	11.969,28	-
X14 taxa de limpeza pública	4.433.728,33	-	-	-	-51.648,10	4.485.376,43	4.485.376,43	-
X15 taxa de vistoria de est. reg. sob sid - agricultura	0,00	-	-	-	-	0,00	0,00	-
X21 aplicações financeiras vinculadas (convênios)	80.641.558,58	6.492,93	519.686,06	-	-	80.115.379,59	823.993,58	79.291.386,01
X22 aplicação financeira - fundeb	262.282,26	-	-	-	-	262.282,26	-	262.282,26
X23 amortização de financiamentos	42.343.145,54	-	443.610,00	-	-39.948,11	41.939.483,65	-	41.939.483,65
X25 transferência para o desporto não-profissional	6.928.605,10	-	-	-	163.066,04	6.765.539,06	603.847,75	6.161.691,31
X30 transferência da união	388.492.177,26	-	369.070.944,82	-	19.348.378,13	72.854,31	-	72.854,31
X31 convênios com órgãos do governo do DF	28.132.112,67	-	50,00	-	-	28.132.062,67	948.031,02	27.184.031,65
X32 convênios outros órgãos (não integ. da estrutura do GDF)	158.861.034,95	713.858,18	3.170.837,37	-	91.050,98	154.885.288,42	17.103.835,56	137.781.452,86
X34 contribuição para iluminação pública	40.559.059,34	-	-	-	-	40.559.059,34	40.559.059,34	-
X35 operações de crédito internas	210.095.776,29	3.139,83	3.312.176,40	-	34.045,42	206.746.414,64	13.802.478,53	192.943.936,11
X36 operações de crédito externas	15.261.183,67	247.352,64	1.097.676,90	-	395.769,57	13.520.384,56	6.086.478,93	7.433.905,63
X38 recursos do sus	384.705.694,69	4.717.236,52	12.822.162,45	-	5.164.736,10	362.001.559,62	170.469.059,22	191.532.500,40
X40 recursos do programa nacional de alimentação escolar	11.659.822,48	90.219,29	2.793.618,30	-	-	8.775.984,89	5.651.560,51	3.124.424,38
X46 programa nacional de apoio ao transporte escolar - pnate	8.258,58	-	-	-	-	8.258,58	-	8.258,58
X47 programa brasil alfabetizado	699.935,16	-	-	-	-	699.935,16	-	699.935,16
X48 cota parte contribuição de intervenção no domínio	10.038.039,23	-	-	-	-	10.038.039,23	3.773,15	10.034.266,08
X50 taxa fiscalização s/serviços públ. abast. agua e esg	1.359.793,10	-	921.705,67	-	215.717,49	222.369,94	222.369,94	-
X51 taxa fiscalização dos usos dos recursos hídricos -	1.186.403,65	-	227.465,06	-	4.558,73	954.379,86	954.379,86	-
X52 contr. prog. inc. arrec. e educação tributária	1.231.400,87	-	-	-	-	1.231.400,87	645.358,00	586.042,87
X56 rec. Reg. simpl. de trib. Forn. alim. e bebidas em bares	-	-	-	-	-	-	-	-
X57 compensação pela utilização de recursos minerais	200.508,48	-	-	-	3.390,33	197.118,15	197.118,15	-
X58 recursos do sistema assistência social	21.680.795,83	3.558,23	220.197,83	-	921,67	21.456.118,10	3.465.641,24	17.990.476,86
X60 recursos decorrentes de taxas pelo poder de polícia	5.434.767,08	-	382.930,48	-	-	5.051.836,60	5.051.836,60	-
X61 recursos de dividendos	0,00	-	-	-	-	-	-	-
X62 apoio financeiro aos municípios	1.656.814,71	-	297.804,12	-	-	1.359.010,59	1.359.010,59	-
X68 outorga onerosa do direito de construir - odir	18.528,19	-	-	-	-7.181,60	25.709,79	21.715,00	3.994,79
X69 outorga onerosa de alteração de uso - onalt	647.673,27	-	2.375,00	-	38.201,22	607.097,05	344.983,65	262.113,40
X70 remuneração de depósitos bancários de fundos	40.089.684,34	198.132,88	444.765,29	-	162.531,98	39.284.254,19	4.735.319,37	34.548.934,82

X71	diretamente arrecadados - fundos	24.044.229,03	-	6.331,25	-	45.715,96	23.992.181,82	196.526,00	23.795.655,82
X74	pronetec	6.527.462,05	-	9.982,64	-	513,01	6.516.966,40	94.779,90	6.422.186,50
X75	apoio financeiro suplem. à manut. e ao des. da educ. infantil	3.120.630,31	-	-	-	0,00	3.120.630,31	36.777,00	3.083.853,31
X76	apoio técnico e financeiro à educação básica	1.506.414,00	-	-	-	0,00	1.506.414,00	0,00	1.506.414,00
X77	apoio financ p/ const unid educ infantil - proinf	5.064.641,14	-	7.423,88	-	0,00	5.057.217,26	9.424.244,98	-4.367.027,72
Y06	contrib. p/ o plano de seg. social do servidor	155.071.424,87	1.827,79	120.288.684,69	-	-24.656.317,67	59.437.230,06	35.623,74	59.401.606,32
Y21	aplicações financeiras vinculadas (convênios)	8.970.606,72	1.250,00	-	-	-	8.969.356,72	0,00	8.969.356,72
Y23	amortização de financiamentos	1.999,21	-	-	-	-	1.999,21	0,00	1.999,21
Y31	convênios com órgãos do governo do DF	2.695.760,15	-	544.728,85	-	48.443,41	2.102.587,89	42.330,19	2.060.257,70
Y32	convênios outros órgãos (não integ. da estrutura do GDF)	11.103.186,99	3.650,00	-	-	177,14	11.099.359,85	260.811,14	10.838.548,71
Y33	compensação previdenciária em regime geral e próprios	10.263.238,07	-	10.263.000,00	-	-	238,07	0,00	238,07
Y37	multas prevista na legislação de trânsito	157.466.350,41	445.237,99	2.523.402,16	-	4.243.144,67	150.254.565,59	36.380.481,16	113.874.084,43
Y54	contrib. previdência do serv. da câmara legislativa	4.416.132,47	-	-	-	17.174,84	4.398.957,63	-	4.398.957,63
Y55	contrib. previdência do serv. do tribunal de contas	1.099.879,84	-	-	-	-	1.099.879,84	-	1.099.879,84
Y66	contribuição patronal executivo para o rpps	268.662.796,36	-	174.747.187,22	-	26.759.279,85	67.156.329,29	-	67.156.329,29
Y67	remuneração de depósitos bancários do rpps	4.024.067,20	-	-	-	-	4.024.067,20	-	4.024.067,20
Y70	remuneração de depósitos bancários de fundos	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Y71	diretamente arrecadados - fundos	346.610,54	-	-	-	-	346.610,54	-	346.610,54
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		2.130.808.063,93	6.558.044,39	706.907.031,31	-	34.226.949,96	1.383.116.038,27	333.498.532,02	1.049.617.506,25
RECURSOS NÃO VINCULADOS									
X00	ordinário não vinculado	-603.965.133,10	20.449.624,52	488.792.208,13	-	356.551.968,17	-1.469.758.933,92	657.351.706,74	-2.127.110.640,66
X01	cota-parte do fundo de partíc dos estados e do DF	8.717.729,64	3.516.922,73	7.785.062,96	-	-2.810.934,37	226.678,32	77.306,35	149.371,97
X02	cota-parte do fundo de participação dos municípios	5.584.565,78	1.324.675,99	3.106.990,94	-	640.348,84	512.550,01	334.311,95	178.238,06
X05	transferência de imposto territorial rural	5.805,39	-	3.199,20	-	-	2.606,19	2.606,00	0,19
X07	alienação de bens imóveis (lei nº 81/89)	118.587,09	-	-	-	70.267,54	48.319,55	585.112,96	-536.793,41
X09	transf imp sobre prod industr-estados exportadores	704.228,81	-	-	-	-	704.228,81	128.314,70	575.914,11
X11	taxa de expediente	11.122,95	-	594,88	-	-	10.528,07	10.528,07	-
X17	alienação de bens móveis	3.399.432,20	-	1.415.723,00	-	-	1.983.709,20	-	1.983.709,20
X20	diretamente arrecadados	90.845.091,33	671.223,81	840.552,60	-	135.258,17	89.198.056,75	9.097.205,52	80.100.851,23
X78	recursos decorrentes de juros sobre o capital	-1.956.183,31	-	-	-	-1.998.045,81	41.862,50	41.862,14	0,36
Y07	alienação de imóveis (lei nº 81/89)	-	-	-	-	-	-	-	-
	alienação de imóveis (lei nº 81/89) ex. anterior	39.575.075,96	-	712.802,46	-	-	38.862.273,50	61.396,30	38.800.877,20
Y10	alienação de títulos mobiliários	1.978,52	-	-	-	-	1.978,52	0,00	1.978,52
Y17	alienação de bens móveis	2.021.967,22	-	-	-	2.804,44	2.019.162,78	289.124,00	1.730.038,78
Y20	diretamente arrecadados	57.460.936,47	3.479.290,45	10.982.432,81	-	23.809.430,28	19.189.782,93	31.316.014,88	-12.126.231,95
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		-397.474.795,05	29.441.737,50	513.639.566,98	-	376.401.097,26	-1.316.957.196,79	699.295.489,61	-2.016.252.686,40
TOTAL DO PODER EXECUTIVO (III) = I + II		1.733.333.268,88	35.999.781,89	1.220.546.598,29	-	410.628.047,22	66.158.841,48	1.032.794.021,63	966.635.180,15

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA (ANTES DA INSCRIÇÃO DO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO DO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		Do Exercício Anterior	Do Exercício						
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A - (B+C+E))	(G)	(H) = F - G		
PODER LEGISLATIVO									
RECURSOS VINCULADOS									
X70	remuneração de depósitos bancários de fundos	1.324.274,69	-	-	-	1.030,20	1.323.244,49	720.000,00	603.244,49
X71	diretamente arrecadados - fundos	2.308.223,93	-	-	-	25.198,31	2.283.025,62	3.721.734,63	-1.438.709,01

Y55 contrib. previdência do serv.do tribunal de contas	-6.621,40	-	-	-	-6.621,40	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (IV)	3.625.877,22	-	-	-	19.607,11	3.606.270,11	4.441.734,63	-835.464,52
RECURSOS NÃO VINCULADOS								
X00 ordinário não vinculado	179.157.715,51	5.055,98	300.164,93	-	175.589,69	178.676.904,91	19.686.978,25	158.989.926,66
X20 diretamente arrecadados	3.554.377,79	-	-	-	24.524,43	3.529.853,36	-	3.529.853,36
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (V)	182.712.093,30	5.055,98	300.164,93	-	200.114,12	182.206.759,27	19.686.978,25	162.519.780,02
TOTAL DO PODER LEGISLATIVO (VI) = IV + V	186.337.970,52	5.055,98	300.164,93	-	219.721,23	185.813.028,38	24.128.712,88	161.684.315,50
TOTAL DO DISTRITO FEDERAL (VII) = III + IV	1.919.671.239,40	36.004.837,87	1.220.846.763,22	-	410.847.768,45	251.971.869,86	1.056.922.734,51	-804.950.864,65

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA (ANTES DA INSCRIÇÃO DO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO DO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		Do Exercício Anterior	Do Exercício					
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A - (B+C+E))	(G)	(H) = F - G	

FUNDO CAPITALIZADO DE PREVIDÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL (IPREV-DF / UG: 320204)

RECURSOS VINCULADOS								
Y06 contrib. p/ o plano de seg. social do servidor	321.579.966,06	-	363.131,40	-	-15.303.834,13	336.520.668,79	-	336.520.668,79
Y54 contrib. previdência do serv.da câmara legislativa	636.405,84	-	-	-	-	636.405,84	-	636.405,84
Y55 contrib. previdência do serv.do tribunal de contas	4.109.692,18	-	-	-	-	4.109.692,18	-	4.109.692,18
Y62 contribuição patronal para o rpps ex. anterior	406.243,31	-	-	-	-	406.243,31	-	406.243,31
Y64 contribuição patronal cldf p/ o rpps	1.201.613,87	-	-	-	-	1.201.613,87	-	1.201.613,87
Y65 contribuição patronal tcdp p/ o rpps	9.228.746,88	-	-	-	-	9.228.746,88	-	9.228.746,88
Y66 contribuição patronal executivo para o rpps	1.028.795.740,05	-	-	-	15.368.482,97	1.013.427.257,08	-	1.013.427.257,08
Y67 remuneração de depósitos bancários do rpps	995.291.742,72	-	-	-	-	995.291.742,72	-	995.291.742,72
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (VII)	2.361.250.150,91	-	363.131,40	-	64.648,84	2.360.822.370,67	-	2.360.822.370,67
RECURSOS NÃO VINCULADOS								
Y20 diretamente arrecadados	65.014.189,03	-	-	-	-	65.014.189,03	-	65.014.189,03
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (VIII)	65.014.189,03	-	-	-	-	65.014.189,03	-	65.014.189,03
TOTAL DO IPREV-DF CAPITALIZADO (IX) = VII + VIII	2.426.264.339,94	-	363.131,40	-	64.648,84	2.425.836.559,70	-	2.425.836.559,70

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil

Subsecretaria de Contabilidade / SEF

Nota 1 : A DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO IPREV-DF CAPITALIZADO ESTÁ COMPROMETIDA COM O PASSIVO ATUARIAL.

Nota 2 : As fontes com início X são fontes 1xx e/ou 3xx e as fontes com início Y são fontes 2xx e/ou 4xx.

Nota 3 : A Unidade Gestora 110905 (Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do DF) não é integrante deste demonstrativo.

HELVIO FERREIRA
SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE
CRC-DF/6.659

PEDRO MENEGUETTI
SECRETÁRIO DE FAZENDA

HENRIQUE MORAES ZILLER
CONTROLADOR GERAL

RODRIGO ROLLEMBERG
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2015

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 48)		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE		
Receita Corrente Líquida	18.461.481.002,45		
DESPESA COM PESSOAL - Poder Executivo	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.635.835.809,85	46,78	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.046.125.691,20	49,00	
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	8.593.819.406,64	46,55	
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida	4.657.949.946,56	25,23	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	36.922.962.004,90	200,00	
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias	206.987.582,69	1,12	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.061.525.820,54	22,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas	580.745.228,44	3,15	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-	
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	2.953.836.960,39	16,00	
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.292.303.670,17	7,00	
RESTOS A PAGAR - PODER EXECUTIVO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.032.794.021,63	66.158.841,48	
RESTOS A PAGAR - PODER LEGISLATIVO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	24.128.712,88	185.813.028,38	
RESTOS A PAGAR - DISTRITO FEDERAL	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.056.922.734,51	251.971.869,86	

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
 Subsecretaria de Contabilidade / SEF

HELVIO FERREIRA
 SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE
 CRC-DF/6.659

PEDRO MENEGUETTI
 SECRETÁRIO DE FAZENDA

HENRIQUE MORAES ZILLER
 CONTROLADOR GERAL

RODRIGO ROLLEMBERG
 GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS

ASSESSORIA JURÍDICO LEGISLATIVA

PORTARIA Nº 13, DE 28 DE JANEIRO DE 2016
 A CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO LEGISLATIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º da Portaria nº 116, de 10 de novembro de 2015, publicada no DODF nº 216, do dia 11 de novembro de 2015, com fulcro nos artigos 211, 217 e 229 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º Determinar que a Portaria nº 12, de 27 janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 19, de 28 de janeiro de 2016, pág. 56, tenha seus efeitos a partir do dia 02/02/2016, em razão dos fatos noticiados no Memorando nº 005/2016-SUAG/GAB/CA-CI anexado no processo nº 360.000.767/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 KEILA TEREZINHA ENGLHARDT NERY

PORTARIA Nº 14 DE 28 DE JANEIRO DE 2016.

A CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO-LEGISLATIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º da Portaria nº 116, de 10 de novembro de 2015, publicada no DODF nº 216, do dia 11 de novembro de 2015, e nos termos do art. 48 da Lei nº 9.784/99, RESOLVE:

Art. 1º Publicar a decisão contida no Despacho de Julgamento da Comissão de Processo Administrativo de Fornecedor, instituída pela Portaria nº 07, de 15 de fevereiro de 2013, publicada no DODF nº 35 de 18/02/2013, pag. 29, redesignada por meio da Portaria nº 36, de 13 de agosto de 2013, publicada no DODF nº 167, de 14 de agosto de 2013, pag.14, nos autos do Processo nº 480.001.057/2009.

Art. 2º Acolher, com apoio na Nota Técnica nº 078/2016-AJL, integralmente o relatório conclusivo da Comissão de Processo Administrativo para não aplicar nenhuma penalidade à empresa IMPLANTA Construções Ltda.

Art. 3º Oficiar ao Tribunal de Contas e à Controladoria-Geral do Distrito Federal, cientificando da Decisão. Após, transcorrido prazo para eventual interposição de recurso, determinar o ARQUIVAMENTO do processo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KEILA TEREZINHA ENGLHARDT NERY

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

PORTARIA Nº 20, DE 28 DE JANEIRO DE 2016

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 189, XII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 35.837, de 22 de setembro de 2014, e tendo em vista a autorização contida no art. 60, § 2º, da Lei nº 5.514, de 03 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Alterar do Quadro de Detalhamento da Secretaria de Estado de Fazenda do DF, aprovado pelo Decreto nº 37.030, de 31 de dezembro de 2015, conforme anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS